

SUCESSÃO DO REITOR

Candidatos admitem reformar Estatuto da USP

No segundo debate reunindo os candidatos a reitor da USP promovido pela Adusp, Sintusp, DCE e APG, realizado dia 13 deste mês, Erney Plessmann de Camargo afirmou que convocará uma estatuinte já no seu primeiro ano de mandato, com o propósito de rever o Estatuto da universidade. Jacques Marcovitch disse que implantará mudanças evolutivas no Estatuto. Segundo esta proposta, a cada ano serão realizadas mini-reformas no Estatuto. A exemplo de Erney e Marcovitch, os outros dois candidatos presentes, Gil da Costa Marques e Carlos Alberto Dantas comprometeram-se em ampliar o poder das unidades. Adolpho José Melfi e Myriam Krasilchick não compareceram ao debate em função de outros compromissos agendados anteriormente no horário.

Na abertura, Eduardo Garcia do Amaral, diretor do DCE, criticou o fato de os estudantes ficarem à margem da sucessão reitoral. Segundo ele, é preciso que a USP seja

transformada, de fato, em uma unidade acadêmica. “Normalmente os estudantes não tem voz na universidade”, disse ele. Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, também falou da falta de democracia para a eleição do reitor. Ele classificou de espúrio o atual mecanismo de escolha do reitor e afirmou que, historicamente o Sintusp defende eleições diretas para reitores. O presidente da Adusp, Jair Borin, disse que a Reforma do Estatuto pode vir a introduzir critérios mais democráticos de eleição do reitor e de acesso aos cargos administrativos pelos professores doutores e associados.

Público - Cereca de 120 pessoas, entre docentes, funcionários e estudantes, participaram do debate encaminhando perguntas sobre fundações, hospital universitários, Crusp, fundo de aposentadoria, cotas para negros, democratização da estrutura da universidade e perdas salariais. Os candidatos foram unânimes em dizer que a universidade vem sofrendo siste-



Fotos: Daniel Garcia

Candidatos a reitor e diretores das entidades participam de debate com a presença de 120 pessoas.



máticos ataques contra o ensino público. Segundo Marcovitch, a ameaça maior está fora da universidade e não no seu interior. A professora Zilda Iokoi, do Departamento de História, disse que isso é “um bode expiatório” para não se discutir os problemas internos da USP.

Diferenças - Criticados por apresentarem programas muito próximos, o **Informativo Adusp** procurou saber junto a cada um dos candidatos que participaram do debate o que os diferencia. Erney Plessmann disse que a candidatura dele “tem um profundo respeito à pluralidade da universidade, ao não centralismo; à transferência de responsabilidade às unidades e supressão do poder central na avaliação docente”. Gil da Costa Marques acredita que sua candidatura se reveste de caráter especial, uma vez que ele formulou um conjunto de propos-

tas antes mesmo de entrar na disputa.

Para o professor Marcovitch, o diferencial na candidatura dele está no fato de ter apresentado um número suficientemente de prioridades que podem ser realizadas por iniciativa da reitoria. “Priorizei a defesa da universidade pública, a valorização dos recursos humanos, a agilidade do conselho decisório e a recuperação dos vínculos entre aluno/funcionários/docentes e ensino/extensão/pesquisa com o propósito de aproximar a universidade da sociedade”. Carlos Alberto Dantas diz que viveu a universidade em diferentes etapas e diferentes períodos e adquiriu ampla experiência nas atividades de ensino, pesquisa e atividades administrativas. “Pude, desta forma, implementar uma série de programas que visam valorizar a graduação no contexto de ensino e pesquisa”.

CONSULTA

Votação será dias 20 e 21

Nos dias 20 e 21 deste mês, a Adusp estará realizando uma consulta para saber a preferência dos docentes em relação ao nome do futuro reitor. Haverá urnas nas unidades e na sede da Adusp. Todos os professores poderão votar. A cédula terá um espaço em branco para o docente indicar o nome de sua preferência. Seis candidatos se colocam na disputa, porém, outros nomes ainda poderão surgir da consulta. O resultado será divulgado em Boletim extra da Adusp no dia 22 próximo.

Candidatos analisam documento da Adusp

As propostas e linhas de atuação elaboradas a partir de discussões e em reuniões de docentes em várias unidades estão publicadas na página 10, com quais suas maiores concordâncias e discordâncias com o documento.



Gil da Costa Marques

A Adusp apresenta algumas "Idéias para um Programa para Reitor". Todos os vinte e cinco pontos do texto da Adusp estão contemplados no nosso programa "Compromisso com a Universidade", que foi elaborado com a colaboração e subsídios de um grande número de colegas e foram divulgados amplamente, através dos debates, boletins da Adusp, imprensa escrita, discussões em Unidades e pela internet (<http://www.if.usp.br/usp98>). Este programa, aberto a sugestões e críticas, representa um compromisso com a comunidade e, principalmente, uma demonstração inequívoca da prática que nos move: a real participação dos membros da comunidade na definição dos projetos da Universidade e na forma de executá-los. A USP precisa de clareza sobre os objetivos da Universidade pública numa sociedade em constante transformação mas, além de

bons princípios, é hora de definir os caminhos para realizá-los. Dado o espaço que nos foi dado para esta manifestação, optamos por reafirmar os princípios gerais do nosso programa. A Universidade deve estar permanente e dinamicamente inserida na sociedade, e esta inserção se reveste de maior importância quando se trata de uma universidade pública. A inserção se dá pela produção do conhecimento e sua divulgação, e o fato de o financiamento das atividades de pesquisa se fazer pelas agências de fomento não exime a Universidade de estabelecer políticas de indução e incentivo à pesquisa, usando de suas próprias prioridades e metas. Essa inserção passa também pelo ensino, pela extensão e pela cultura. A formação de recursos humanos qualificados é, sem dúvida, a principal contribuição da Universidade à sociedade que a mantém, e a importância da formação de graduação em nosso programa se reflete nas inúmeras propostas para o inadiável encaminhamento dos seus problemas.

(Texto reduzido pelo editor em função do espaço)



Carlos Alberto

Concordo com as linhas gerais da grande maioria das propostas e já me pronunciei sobre várias delas em meu programa de gestão (publicado no jornal da USP de 6/10/97). Respondi a várias das questões formuladas pela Adusp nos números recentes de seu Boletim. Especificamente, quanto aos três princípios (NE: ver Informativo nº 25), não só os apoio, como os tenho seguido ao longo de minha atuação na Universidade, sendo isto espelhado, por exemplo, no relatório de minha gestão na Pró-Reitoria de Graduação, que encaminhei aos Diretores de Unidades e Chefes de Departamento. Em relação às condições de trabalho e vida acadêmica já me pronunciei, inclusive apresentando propostas concretas quanto à necessidade de uma revisão dos procedimentos de avaliação, incluídos os procedimentos da CPA e Cert. Estamos



Erney F. Plessmann de Camargo

Em defesa da educação pública e gratuita, do sistema nacional de pesquisa e de políticas que fortaleçam o progresso social e o desenvolvimento autônomo do país, destaco algumas medidas que, por dependerem da vontade política do Reitor, podem ter implementação imediata.

1. Abertura de revisão do Estatuto com ênfase nos temas levantados durante a sucessão reitoral.

2. Avaliação do desempenho das unidades, a partir de metas e projetos por elas apresentados, considerando as demandas da sociedade, mediadas pelo Conselho Consultivo.

3. Autonomia das Unidades na gestão do orçamento relativo a pessoal e custeio a elas alocado, bem como dos re-

ursos externos, cabendo à Unidade avaliar, contratar e descontratar docentes e funcionários, dispensando-se a opinião da CERT.

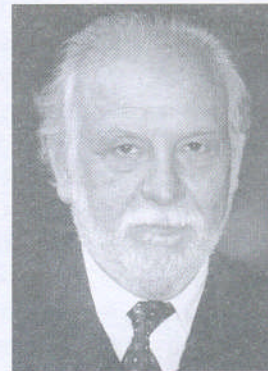
4. Reposição imediata de até 300 claros, em substituição de aposentados, para corrigir distorções entre Unidades e atender novos projetos e cursos

5. Cômputo dos recursos extra-orçamentários obtidos para obras de infraestrutura para efeito de cálculo da folha de pagamento.

6. Medidas de emergência para os contratos precários,

a) Ficam as renovações na esfera das Congregações; b) Os cargos serão providos por concurso público e só por decisão da congregação um docente reprovado terá seu contrato cancelado; c) Garantem-se indenizações nos moldes da CLT, em caso de não renovação de contrato;

7. Reabertura imediata do campus para a população, transformando-o em pólo cultural da cidade, garantindo a integridade do patrimônio.



Adolpho Jo

Concordo integralmente com o item (d) do documento, que aborda tópicos sobre Ensino, Pesquisa e Extensão. Acredito ser necessário que a próxima administração da USP atue no sentido de aumentar o número de graduados/ano, seja reduzindo a taxa atual de evasão, através da adoção de medidas que contribuam para melhorar o desempenho do ensino de graduação, seja aumentando o número de vagas, sobretudo nos cursos noturnos, cumprindo o mínimo constitucional de 1/3 de vagas e criando novos cursos que representem opções modernas de ensino. Além de continuar com a política de oferecimento de cursos de extensão, aperfeiçoamento e divulgação, é necessário investir nos cursos de especialização, como forma de atender mais ágilmente às demandas

p com propostas para programa de reitor

Missões na Diretoria da Adusp, no Conselho de Representantes
página 4. Nestas duas páginas, os reitoráveis respondem à pergunta:
o texto da Adusp "Idéias para um programa para reitor"?

Roberto B. Dantas

desenvolvendo uma avaliação das atividades didáticas e de disciplinas que, juntamente com outras formas de avaliação do desempenho dos professores estarão valorizando o ensino. Além disso, propus em meu programa que a Cert viesse a considerar a atuação do docente no contexto específico do projeto de seu Departamento, examinando assim as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em função das características e peculiaridades das diversas áreas. Para concluir, proponho que a composição da Cert contemple indicações do Reitor e dos órgãos colegiados, por exemplo, CO e Conselhos Centrais. Quanto à democratização da universidade, a maioria dos itens aqui mencionados já foram respondidos nas perguntas feitas pela Adusp. Quanto à divulgação, julgo que ela pode e deve ser intensificada. A manutenção de relações democráticas e cordiais com representações de docentes, funcionários e estudantes sempre foi uma prática em minha atuação na Universidade e a preservarei.

(Texto reduzido pelo editor em função do espaço)



Myriam Krasilchik

Concordo com boa parte das propostas apresentadas no texto, algumas das quais já explicitiei em artigos, debates ou respostas à Adusp, dando ênfase à preservação da autonomia e do ensino gratuito nas Universidades públicas paulistas. Chamo a atenção para o item III dos princípios gerais do documento: "disposição de exercer uma gestão transparente...", por entender que isso não pode ser visto como disposição, mas sim como uma obrigação indiscutível de qualquer dirigente de órgão público, obrigação que exerci, por exemplo, no processo de distribuição de claros docentes, divulgando as decisões para toda a comunidade e propiciando um diálogo frutífero com os Departamentos interessados. Não concordo, no entanto, que a questão da avaliação deva ser pautada pela simples extinção de qualquer órgão

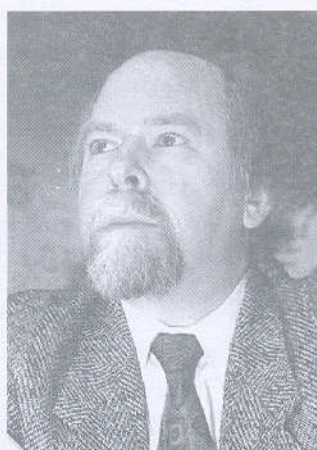
ou comissão, mas sim no aperfeiçoamento de um sistema de avaliação justo e honesto que contemple todas as atividades desempenhadas e as diversas áreas de conhecimento. A USP, como qualquer órgão público, deve pautar suas ações na Lei e na Constituição. Concordo com a proposta de que a pessoa a ocupar a reitoria deva prestigiar e fomentar as iniciativas de Unidades e Docentes visando à intensificação de cursos de extensão, aperfeiçoamento, entre outros. Da mesma forma, não pode e não deve, unilateralmente, aumentar o número de vagas oferecidas, mas sim incentivar as Unidades e Docentes para que, assim, procedam de acordo com suas vocações e possibilidades. Deve também buscar mecanismos efetivos que contribuam para uma diminuição da evasão e melhorar as condições de trabalho de alunos e professores no curso noturno, considerando inclusive compensações para esse trabalho.

Retificando informação publicado no Informativo Adusp nº 25, Myriam Krasilchick nasceu no dia 24 de fevereiro de 1932 e não no dia 23 de maio de 1936.

José Melfi

da sociedade. Finalmente, é responsabilidade da futura administração preservar a liderança científica que a USP ocupa no país, coadjuvando as agências de fomento na manutenção da infra-estrutura (bibliotecas, laboratórios, informática, etc) necessária à realização de uma pesquisa de qualidade. As maiores discordâncias referem-se à Cert, ao nível inicial da carreira e ao acesso de professores doutores a qualquer cargo na gestão universitária. Já tive oportunidade de me manifestar sobre estes pontos no Informativo da Adusp. A Cert deve ser mantida, porém com modificações profundas em sua estrutura e mecanismos de atuação (composição ampliada; câmaras setoriais, critérios de julgamento definidos pelas Unidades; membros indicados pelo CO; avaliação de todos os docentes). O início da carreira deve continuar sendo no nível de doutor, isto é, após o docente ter vencido a última etapa na sua formação acadêmica.

(Texto reduzido pelo editor em função do espaço)



Jacques Marcovitch

A leitura do texto da Adusp revela que a Universidade de São Paulo está muito mais próxima da coesão interna do que supõem alguns.

Aliás, não apenas este documento em particular, mas de modo amplo algumas propostas de candidatos a reitor, que são convergentes em diversos pontos. Se buscarmos ali o que é coincidente e o que destoa, certamente encontraremos aquela pauta comum e unitária, que venho defendendo. Os meus reparos ao documento são poucos e basicamente se restringem à forma que, em certos momentos, adquire um tom de panfleto. Noto, por exem-

plo, intenção apressadamente demolidora, que se traduz na palavra de ordem "extingüir a Cert". Julgo mais realista corrigir os atuais métodos da Cert. Entendo que ela comete o erro de avaliar, com critérios iguais, partes absolutamente desiguais. A questão não é de extinguir, mas de mudar os rumos. A idéia de ampliar o acesso de professores doutores e associados a qualquer cargo deveria ser objeto de uma consulta aos colegas teoricamente "beneficiários" dessa ampliação. Sendo certo que o exercício de cargos administrativos inibe a atividade de pesquisa, poderíamos inferir que a maioria destes professores prefere dedicar-se à evolução na carreira e não cultiva o propósito de engajar-se na burocracia acadêmica. Tendo feito reparos, desejo explicitar minha concordância com a essência dos demais pontos, lamentando dispor apenas deste curto espaço para comentá-los.

Documento Adusp

Em função da análise que os reitoráveis fazem do documento "Idéias para um programa para reitor" (ver páginas 4 e 5) republicamos as propostas e linhas de atuação elaboradas a partir de discussões na Diretoria da Adusp, no Conselho de Representantes e em reuniões de docentes em várias unidades.

A

CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA ACADÊMICA

- Reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como instrumento de prestigiar o RDIDP.
- Normalizar as relações de trabalho dos docentes com contratos precários nos termos da proposta aprovada no Plesbis-cito da ADUSP, que torna indeterminado o prazo de validade dos contratos desde que satisfeitos alguns critérios.
- Garantir que a decisão sobre os processos de contratação encerre-se no âmbito de cada Unidade.

Quanto à avaliação:

- Extinguir a CERT.
- Criar, a partir de ampla discussão, um sistema de avaliação docente, justo e honesto, que contemple todas as atividades desempenhadas e as diversas áreas de conhecimento.
- Democratizar os organismos de avaliação, existentes e a serem criados, com sua composição escolhida por colegiados da universidade e não pelo reitor, como ocorre hoje com a CERT.

- Estabelecer, juntamente com o Cruesp e o Fórum das Seis, um plano de recuperação de perdas e de valorização real dos salários.

B

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

- Reverter a excessiva centralização das decisões.
- Democratizar os processos de escolha dos dirigentes universitários.
- Não limitar o acesso de professores doutores e associados a qualquer cargo na gestão universitária.
- Comprometer-se com a implantação do Conselho Social previsto na Constituição Estadual.
- Intensificar a ocupação de museus, centros culturais e outros espaços similares, de modo a democratizar o acesso da população a essas formas de expressão cultural.
- Utilizar os veículos de divulgação da USP já existentes (jornais, revistas, rádio, páginas de Internet) ou que vierem a ser criados, para a divulgação de amplo espectro de opiniões e propostas, garantindo, inclusive, espaço nestes veículos para as entidades representativas de docentes, alunos e funcionários.

- Manter relações democráticas com as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes da USP.

C

RECURSOS DA UNIVERSIDADE

- O orçamento da USP deve ser amplamente discutido e de conhecimento de toda a comunidade universitária. A USP deve divulgar todas as informações sobre seus recursos orçamentários e não orçamentários, projetos especiais, recursos de fontes de fomento (Fapesp, CNPq, Capes, BID, Finep, outras fundações, etc), recursos públicos como SUS, etc.
- Lutar pelo aumento de recursos estaduais para as universidades públicas paulistas tendo como base os 11% do ICMS, corrigidos pela isenção das exportações e outros mecanismos que venham a ser criados.
- Empenhar-se na elaboração de uma lei orgânica para a universidade que preveja, inclusive, a questão orçamentária.

D

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- Promover, com ampla participação docente, uma discussão sobre a política científica brasileira e os critérios das agências financiadoras.
- Aumentar o financiamento da USP para pesquisa, não delegando simplesmente às agências de fomento essa responsabilidade.
- Intensificar os cursos de extensão, aperfeiçoamento e divulgação, destinados tanto ao público externo quanto ao público interno.
- Criar mecanismos efetivos para diminuir a evasão.
- Aumentar o número de vagas oferecidas nos cursos de graduação, preferencialmente fora dos campi usuais, com a criação de novos espaços destinados, inicialmente, apenas ao ensino.
- Cumprir integralmente o mínimo constitucional de 1/3 das vagas para cursos noturnos.
- Revitalizar os cursos de licenciatura, buscando uma efetiva integração entre as unidades envolvidas.